

INFORMANDO

Por Lucas Rocha

Indústria cultural da felicidade (MÁRCIA TIBURI)



TORNOU-SE PERIGOSO o emprego da palavra felicidade desde seu mau uso pelas publicações de autoajuda e pela propaganda. Os que se negam a usá-la acreditam liberar os demais dos desvios das falsas necessidades, das bugigangas que se podem comprar em shoppings grã-finos ou em camelôs na beira da calçada, que, juntos, sustentam a indústria cultural da felicidade à qual foi reduzido o que, antes, era o ideal ético de uma vida justa.

A felicidade sempre foi mais do que essa ideia de plástico. Tirá-la da cena hoje é dar vitória antes do tempo ao instinto de morte que gerencia a agonia consumidora do capitalismo. Por isso, para não jogar fora a felicidade como signo da busca humana por uma vida decente e justa, é preciso hoje separar duas formas de felicidade: uma felicidade publicitária e uma felicidade filosófica.

A felicidade filosófica é a felicidade da eudaimonia, que desde os gregos significa a ideia da vida justa em que a interioridade individual e as necessidades da vida exterior entrariam em harmonia. Felicidade era o nome dado ao sentido da pensante existência humana. Estado natural do pensamento reflexivo, ela seria o oposto da alienação em relação a si mesmo, ao outro, à história e à natureza. Condição natural dos filósofos, a felicidade seria, no seu ápice, o prazer da reflexão que ultrapassa qualquer contentamento.

Sacralização do consumo

A ausência de pensamento característica de nossos dias define a falta de lucidez sobre a ação. Infelicidade poderia ser o nome próprio desse novo estado da alma humana que se perdeu de si ao perder-se do sentido do que está a fazer. Desespero é um termo ainda mais agudo quando se trata da perda do sentido das ações pela perda da capacidade de reflexão sobre o que se faz.

Sem pensamento que oriente lucidamente ações, é fácil se deixar levar pelos discursos prontos que prometem "felicidade". Perdida a capacidade de diálogo que depende da faculdade do pensamento, as pessoas confiam cada vez mais em verdades preestabelecidas, seja pela igreja ou pela propaganda – a qual constitui sua versão pseudossecularizada.

A propaganda vive do ritual de sacralização de bugigangas no lugar de relíquias, e o consumidor é o novo fiel. Nada de novo em dizer que o consumismo é a crença na igreja do capitalismo. E que o novo material dos ídolos é o plástico.

Tudo isso pode fazer parecer que a felicidade foi profanada para entrar na ordem democrática em que ela é acessível a todos. O sistema é cínico, pois, banalizando a felicidade na propaganda de margarina, em que se vende a "família feliz", ou de carro, em que se vende o status e certa ideia de poder, a torna intangível pela ilusão de tangibilidade.

Sacralizar, sabemos, é o ato de tornar inacessível, de separar, de retirar do contato. Na verdade, o que se promove na propaganda é uma nova sacralização da felicidade pela pronta imagem plastificada que, enchendo os olhos, invade o espírito ou o que sobrou dele. A felicidade capitalista é a morte da felicidade por plastificação.

Fora disso, a felicidade filosófica é da ordem da promessa a ser realizada a cada ato em que a aliança entre pensamento e ação é sustentada. Ela envolve uma compreensão do futuro, não como ficção científica, mas como lugar da vida justa que se constrói no tempo presente.

A felicidade publicitária apresenta-se como mágica dos *gadgets* eletrônicos que se acionam com um toque, dos "amigos" virtuais que não passam de má ficção. A felicidade publicitária está ao alcance dos dedos e não promete um depois. Ilude que não há morte e com isso dispensa do futuro. Resulta disso a massa de "desesperados" trafegando como zumbis nos shoppings e nas farmácias do país em busca de alento.

Revista CULT, julho de 2011.

Volta da Flip (CONTARDO CALLIGARIS)

NA COLUNA da semana passada, escrevi sobre a facilidade com a qual desistimos de nossos desejos e, com isso, às vezes, passamos décadas pensando em outras vidas, que poderiam ter sido as nossas se tivéssemos tido a ousadia de correr atrás do que queremos. A coluna terminava com uma exortação à coragem de agir e com uma explicação possível: desistimos para evitar a dor de fracassar. Pensar que nem tentamos conseguir o que tanto desejávamos seria menos doloroso do que constatar que tentamos e não conseguimos. A desistência seria mais suportável do que o eventual malogro.

Numerosos leitores me escreveram, evocando (e lamentando) alguma desistência passada. O que não é surpreendente: somos quase todos assombrados pela sensação ou pela lembrança de ter desistido (na escolha de uma profissão, de um amor ou de um casal).

Prof. Lucas Rocha

A razão é aparentemente simples. Faz dois séculos que nossa origem não determina nosso destino. Não seremos marceneiros só porque esse foi o ofício de nosso pai e avô. Não nos casaremos por tradição nem segundo a escolha das famílias. Escolheremos sempre por gosto ou por amor. Ou seja, temos a incrível pretensão de viver segundo nosso desejo.

E aqui a coisa se complica, porque, neste mundo sem castas fechadas e com poucas fronteiras, as possibilidades são muitas e, talvez por isso mesmo, os desejos que nos animam são variados e, frequentemente, estão em conflito entre si.

Ou seja, escolhemos entre caminhos diferentes, oferecidos pelas circunstâncias da vida, e também entre desejos que são todos nossos. Qualquer escolha implica perdas (dos caminhos que deixamos de percorrer) e desistências (de desejos nossos aos quais preferimos outros, também nossos). Um leitor, Augusto Bezerril, pergunta se desistir de um sonho não é apenas o efeito de um conflito. Ele tem razão: em muitos casos, desistimos de um sonho para nos dedicar a outro, esperando resolver assim um conflito interno. Outra leitora, Ana Chan, pergunta se "desistir dos desejos significa viver em frustração". Talvez haja algo disso na nossa insatisfação: a variedade de nossos desejos torna a satisfação difícil, se não impossível.

Mas o fato de ter que escolher entre desejos alimenta outra forma de insatisfação: não tanto uma frustração quanto uma espécie de nostalgia do que não foi -um afeto moderno, como é moderna a pluralidade de nossos sonhos. Alguns dizem que é por isso que a ficção se torna tão importante na modernidade, para que possamos imaginar (e viver um pouco) as vidas das quais desistimos, os caminhos pelos quais não enveredamos.

Agora, a escolha entre desejos diferentes não é a desistência mais custosa: há indivíduos que não desistem de tal ou tal desejo, eles desistem de desejar. Aqui o afeto dominante não é mais a nostalgia, mas uma culpa da qual a gente parece nunca se curar: a culpa de ter traído a nós mesmos, de ter desprezado nosso sonho mais querido. Essa sensação é especialmente forte quando alguém considera que silenciou seu sonho de infância. Mais uma leitora, Janaina Nascimento, pergunta: "Você nunca desprezou seu próprio desejo?" (e acrescenta: "Acho que você não vai responder").

Pois bem, desisti de vários desejos a cada encruzilhada, e, às vezes, com a impressão de estar traindo meu maior sonho. Por exemplo - pensava eu, voltando da Flip-, quando sou levado a falar de como me tornei romancista, acabo contando que escrever histórias era tudo o que queria desde os nove anos de idade, mas desisti aos 20, para me conformar à expectativa familiar de que eu fosse para a faculdade. Essa história é verdadeira e parece ser mesmo uma história de renúncia ou de desistência. Mas será que é isso mesmo? Será que a gente desiste e renuncia? É possível. Mas a renúncia e a desistência são, antes de mais nada, jeitos melodramáticos de contar nossa história de modo a mantermos a ilusão confortável de que temos uma essência e somos definidos por desejos fundamentais -que (obviamente) não deveríamos trair.

De fato, a vida comporta poucas traições radicais de nós mesmos e de nossos desejos, e muitas soluções negociadas, espúrias, pelas quais a gente busca conciliar desejos diferentes com acasos, oportunidades e outros acidentes, reinventando-se a cada dia.

ccalligari@uol.com.br – Folha de São Paulo, julho de 2011.

Rumo a um mundo de 7 bilhões de pessoas (BABATUNDE OSOTIMEHIN)

EM 31 DE OUTUBRO DE 2011, a população mundial atingirá 7 bilhões de pessoas. Esse marco apresenta um desafio, uma oportunidade e um convite à ação. Vivemos juntos, num planeta saudável, dependerá de nossas escolhas.

Por isso, amanhã, Dia Mundial da População, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) lança a campanha mundial "7 Bilhões de Ações para um Mundo Mais Justo e Sustentável". Atualmente, quase 78 milhões de pessoas são adicionados à população mundial a cada ano, aumentando a demanda por recursos naturais e pressionando o planeta.

Enquanto a pobreza, a desigualdade e a pressão por recursos representam grandes desafios, o mundo está mais interligado do que nunca; temos agora uma capacidade, sem precedentes, de compartilhar ideias e de envolver comunidades em todo o mundo para resolver nossos problemas. Reduzir as desigualdades e melhorar o padrão de vida para as pessoas hoje - bem como para gerações seguintes - exige novas formas de pensamento e cooperação global. O momento de agir é agora.

Os 1,8 bilhão de jovens que vivem hoje podem contribuir com novas ideias e abordagens para a resolução de nossos problemas mais alarmantes. Principalmente os 600 milhões de meninas e de adolescentes, cujas decisões podem mudar o nosso mundo. Se todas as garotas estivessem na escola, tivessem o número de filhos que desejam e vivessem livres da violência e discriminação, veríamos crianças e famílias mais saudáveis e as mulheres ocupando o seu lugar na sociedade.

A comunidade internacional concorda com a importância dos direitos de meninas e de mulheres. Em 1994, 179 governos se reuniram no Cairo para a histórica Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento.

Eles concordaram que o empoderamento das meninas e mulheres é um passo importante para erradicar a pobreza e estabilizar o crescimento populacional. Saúde reprodutiva e direitos - inclusive o de determinar livre e responsavelmente o número, espaçamento e momento de ter filhos, sem coerção, discriminação e violência- são pilares do empoderamento das mulheres e do desenvolvimento sustentável.

Infelizmente, enquanto o direito à saúde sexual e reprodutiva tem sido proclamado, está longe de ser universalmente respeitado. Estima-se que 215 milhões de mulheres nos países menos desenvolvidos querem evitar ou adiar a gravidez, mas não têm acesso a anticoncepcionais modernos.

A cada dia, mil mulheres morrem de complicações na gravidez e no parto. Mortes que podem ser evitadas. Quando

mulheres e casais têm acesso a informações e serviços de saúde reprodutiva adequados, incluindo planejamento familiar, garantimos que cada criança seja desejada e que cada parto seja seguro. Assim, podemos reduzir a pobreza.

De acordo com a projeção mediana da Divisão de População das Nações Unidas, a população mundial chegará a 8 bilhões em 2025, a 9 bilhões em 2043 e a 10 bilhões em 2083. Mas essas projeções dependem do acesso ao planejamento familiar e dos direitos de que mulheres, homens e jovens façam suas próprias escolhas.

Os jovens já estão transformando a sociedade, a política e a cultura. Com o ativo engajamento das mulheres e jovens, podemos construir um futuro melhor. Aproximamo-nos de uma população mundial de 7 bilhões, e cada um de nós é parte desse grande marco. Nossas pequenas ações individuais, multiplicadas em todo o mundo, podem levar a mudanças exponenciais.

Juntem-se a nós na criação de um mundo mais justo e sustentável. Visite www.7billionactions.org e faça parte desse movimento global. Juntos, somos 7 bilhões de pessoas, contando uns com os outros.

BABATUNDE OSOTIMEHIN é diretor-executivo do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). **Folha de São Paulo, julho de 2011.**

Objetos (LUIZ FELIPE PONDÉ)

HUMILDEMENTE CONFESSO que, quando penso a sério em mulher, muitas vezes penso nela como objeto (de prazer). Isso é uma das formas mais profundas de amor que um homem pode sentir por uma mulher.

E, no fundo, elas sentem falta disso. Não só na alma como na pele. Na falta dessa forma de amor, elas ressecam como pêssegos velhos. Mofam como casas desabitadas. Falam sozinhas.

Gente bem resolvida entende pouco dessa milenar arte de amor ao sexo frágil. Sou, como costume dizer, uma pessoa pouco confiável. Hoje em dia, devemos cultivar maus hábitos por razões de sanidade mental. Tenho algumas desconfianças que traem meus males do espírito.

Desconfio barbaramente de gente que anda de bicicleta para salvar o mundo (friso, para salvar o mundo). Recentemente, em Copenhague, confirmei minha suspeita: a moçada da bike pode ser tão grossa quanto qualquer motorista mal-educado. Trinta e sete por cento da população de lá usa as "magrelas". E nas ciclovias eles são tão estúpidos, estressados e apressados como qualquer motorista "subdesenvolvido".

Fecham a passagem de carros e ônibus como se, pela simples presença de seus "eus" perfeitos, o mundo devesse parar diante de tanta "pureza verde". Aliás, um modo seguro de ver que alguém NÃO conhece a Europa é se essa pessoa assume como verdade o senso comum de que os europeus são bem-educados. Muitos deles, inclusive, não sabem o que é uma coisa tão banal como uma fila.

Outra coisa insuportável é quem toma banho com pouca água para salvar o planeta. Esse tipo de gente é gente porca que arranjou uma desculpa politicamente correta para não tomar banho direito. Provavelmente não gosta de banho mesmo. Mas, falando sério, desconfio de homens que não pensam em mulheres como objeto. Pior, são uns bobos, porque, entre quatro paredes, elas adoram ser nossos objetos e na realidade sofrem, porque a maioria dos caras hoje virou "mulherzinha" de tão frouxos que são.

Imagino o quão brocha fica uma mulher quando o cara diz para ela: "Respeito você profundamente, por isso não vou...". Pergunto filosoficamente: como achar uma mulher gostosa sem pensar nela como objeto? A pior forma de solidão a que se pode condenar uma mulher é a solidão de não fazê-la, de vez em quando, de objeto. E esta é uma forma de solidão que se torna cada vez mais comum. E, sinto dizer, provavelmente vai piorar. A não ser que paremos de torturar nossos jovens com papinhos politicamente corretos sobre "igualdade entre os sexos".

Igualdade perante a lei (e olhe lá...). No resto, não há igualdade nenhuma. A feminista americana Camille Paglia, recentemente, em passagem pelo Brasil, disse que muitas das agruras das mulheres heterossexuais se devem ao fato de elas procurarem "seres iguais a elas" nos homens. Que pensem como elas, sintam como elas, falem como elas.

Entre o desejo "correto" de ter um "eunuco bem-comportado" e um homem que diga "não" à tortura da "igualdade entre os sexos", ficam sozinhas com homens que são "mulherzinhas". O que é um homem "mulherzinha"? É um homem que tem medo de que as mulheres achem-no machista, quando, na verdade, todo homem (normal) gosta de pensar em mulher como objeto.

Um mundo de "mulherzinhas" acaba jogando muitas mulheres no colo (vazio) de outras mulheres por pura falta de opção. E aí começa esse papinho de que é "superlegal ser lésbica". Afora as verdadeiras, muita gente está nessa por simples desespero afetivo. Nada contra, cada um é cada um. Só sinto que muitos homens "desistam" delas porque a velha "histeria" feminina da qual falava Freud (grosso modo, a insatisfação eterna da mulher) virou algo do qual não se pode falar, senão você é machista.

Muito desse papinho "progressista" é conversa fiada para esconder fracassos afetivos, a mais velha experiência humana, mas que nos últimos anos virou moda se dizer que a culpa é do capitalismo, da igreja, do patriarcalismo, da família, de Deus, da educação, do diabo a quatro. E o pior é que quase todo mundo tem medo de dizer a verdade: uma das formas mais profundas de amor à mulher é fazer delas objeto.

ponde.folha@uol.com.br – Folha de São Paulo, julho de 2011.

SEXO & SAÚDE

Não se assuste com as mudanças no corpo (JAIRO BOUER)

SE VOCÊ ESTÁ de cabelo em pé com as mudanças no seu corpo ou ainda se está preocupado com a demora delas, não se assuste! Aproveitando o infográfico que o **Folhateen** traz na página 6, sobre como fazer a barba, leia dicas sobre essa fase.

1- Não adianta ficar angustiado com atrasos nas mudanças de seu corpo. Cada pessoa tem seu ritmo de desenvolvimento. Estatura, músculos, pelos, voz e tamanho do pênis ou das mamas se definem na hora certa.

2- Masturbação não dá espinhas. É mito que masturbação faz as espinhas aparecerem. Não acredite nessa história. Espinhas têm a ver com mudanças hormonais próprias dessa fase.

3- Transar não muda o corpo da gente. Sexo não faz o pênis ficar maior do que é (a não ser na hora da ereção, é lógico) e também não deixa as meninas com os quadris mais largos.

4- Voz desafina mesmo. As mudanças na laringe e nas cordas vocais, provocadas pela testosterona (hormônio masculino), fazem a voz dos meninos oscilar (mais grave, mais aguda) por alguns meses.

5- A primeira ejaculação chega mais tarde do que os pelos pubianos. A ejaculação é uma das últimas mudanças no corpo do garoto, vem ao final da puberdade.

6- Depois da primeira menstruação, o ritmo de crescimento das garotas desacelera. O fechamento das cartilagens de crescimento pela ação de hormônios vai acabando com a fase de estirão (crescimento rápido).

7- Mamas variam muito de tamanho de uma garota para outra. O tamanho das mamas tem a ver com uma série de fatores, como a genética. Não é porque uma menina começou a se desenvolver mais cedo que ela vai ter mamas maiores do que a amiga que começou mais tarde.

8- Garotos e garotas têm iniciado seu desenvolvimento físico mais cedo. Uma dieta mais rica em nutrientes, mais gordura corporal acumulada desde mais cedo e até estimulações visuais mais frequentes podem estar tornando essa nova geração mais precoce do que as anteriores no seu desenvolvimento.

ibouer@uol.com.br – Folha de São Paulo, julho de 2011.

QUANDO EU TINHA A SUA IDADE - RONALDO LINDERBERG VON SCHILGEM CINTRA NOGUEIRA, O RONNIE VON, 66, CANTOR E APRESENTADOR

Aos 18 namorei uma mulher de 42

(...) Um dia, eu **estava na Aeronáutica** e ouço no auto-falante: "Atenção, cadete Nogueira. **Sua babá o espera**. Trouxe bolo de chocolate." Babá aos 18 anos? Pronto, **meses de gozação**

(...) **Depoimento a - LUIZA TERPINS, COLABORAÇÃO PARA A FOLHA**

MINHA FAMÍLIA era dona de banco, meu pai era diplomata. Filho mais velho, sofri muita pressão pra continuar os negócios familiares, mas meu lance sempre foi música e aviação. Se tem uma coisa que eu fui é namorador. Arranjei a primeira namorada aos 11 anos, e depois vieram várias. Mas meu primeiro relacionamento sério foi com uma amiga da minha mãe. Eu tinha 18. Ela, 42. Ela me ensinou tudo! E não só sexo, mas comportamento. Começou quando ela estava lá em casa jogando bridge e deu mole.

Alguns meses depois, eu estava lá no apartamento dela quando minha mãe chegou. Do quarto, fiquei ouvindo coisas como "você traiu minha confiança e seduziu meu menino!" Aí minha namorada terminou comigo. Eu queria morrer.

Nessa época, eu estudava na Força Aérea. A Amélia, minha babá, ainda trabalhava em casa, mas com outras funções, é claro. Sou chocalatra, ela fazia doces ótimos. Um dia ela resolve sair de Copacabana, onde eu morava, e ir até a zona norte do Rio, na Aeronáutica, para me entregar um bolo de chocolate. Perguntou pelo cadete Nogueira, como me conheciam. O campo era grande. O cadete responsável usou o alto-falante.

Então ouvi: "Atenção, corpo de cadetes! O corpo de cadetes está em atenção!" Tudo parou. Quando isso acontecia, era algo sério. "Atenção, cadete Nogueira. Repetindo: cadete Nogueira, atenção! Comparecer com urgência à minha sala. Sua babá o espera. Em tempo: trouxe bolo de chocolate." Pronto, minha vida acabou. Babá aos 18 anos? Meses de gozação.

Pouco depois, tive de largar a Aeronáutica. Minha família me queria estudando economia. Mas eu gostava era de rock, para desespero dos meus pais. Meu pai ouvia Bach! Pra eles, rock era coisa de rebelde. Quando eu tinha 20, fui assistir a um grupo cover de Beatles de uns amigos. Eles me chamaram no palco. Tremi todo. Cantei "Help!". Aí apareceu o executivo de uma gravadora. Era o João Araujo, pai do Cazuza. "Ei, quer gravar um disco?" Eu disse que minha família enlouqueceria. Ele me convenceu a gravar para ver como ficava.

Um dia, eu estava dirigindo e ouvindo rádio. Anunciam um lançamento. Era a minha música. Ao chegar em casa, o pau comeu solto. As famílias da época tinham muita pose. Minha tia-avó perguntava: "Onde foi que erramos?" Um terror. Diziam que tinham criado uma cobra, que eu ia jogar o nome da família na lama, que o ambiente musical era promíscuo.

Aí resolvi largar o conforto e vir para São Paulo. Morei num hotelzinho onde hoje é a cracolândia. O problema é que meu pai era conhecido, então a mídia dizia que eu era rico, que ia roubar lugar de quem precisava. Poxa, eu precisava! No começo, só tinha dinheiro para comer sanduíche. Até o Roberto Carlos me olhava diferente. Dizia que eu tinha o cabelo liso e ele precisava fazer touca.

Mas, se me chamavam de "bichona" por causa do cabelo comprido, eu tinha minhas fãs. Um monte. Uma loucura: me puxavam, me agarravam. Comecei a fazer muito sucesso. Minha família passou a me aceitar. No final do ano, fiz questão de fazer uma cafajestada com a minha tia-avó: mandei o extrato da minha conta bancária pra ela ver. Eu tinha 22 anos e um milhão de dólares no banco.

Folha de São Paulo, julho de 2011.

A reforma da TV a cabo e a competição (FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO)

A **ANATEL** pôs em consulta pública um novo regulamento para TV a cabo. A iniciativa era esperada há tempos, pois as telecomunicações caminham para a oferta integrada de serviços de voz, dados e conteúdo audiovisual.

Temos uma das menores penetrações de TV fechada, muito pela qualidade e cobertura da TV aberta, mas também pelo anacronismo da regulação. Última fronteira de regulamentação anacrônica, o setor é regido pela Lei do Cabo, de 1995, e por normas anteriores à LGT (Lei Geral das Telecomunicações).

Dizem que a Anatel deveria aguardar a aprovação do PLC 116, que trata de toda a comunicação audiovisual de acesso condicionado. A crítica confunde legislação e regulação. Esta, como é óbvio, é subordinada àquela. Uma lei nova obrigará a revisão da regulação. O problema não é editar um regulamento antes da nova lei. Ruim foi ter mantido intocada a regulação antiga, apesar da LGT, da privatização e do avanço tecnológico. O esforço é tardio, mas oportuno.

Como manter a TV a cabo regida por normas do tempo da estatização? Se esperasse todos os projetos de lei sobre telecomunicações e audiovisual, mais de cem em tramitação, a Anatel estaria condenada ao ócio. A proposta não colide com a Lei do Cabo. Apenas sintoniza seus comandos com a LGT.

Em 1995, o setor era estatal. Hoje, as teles são privadas, e em muitos segmentos existe ampla competição. Consumidores exigem diversidade de ofertas. O setor de TV, porém, segue fechado. Outra crítica: essa seria uma abertura apressada e desvairada do mercado. Na realidade, a regulamentação atual limita fortemente a concorrência. Na maioria das cidades há monopólio ou duopólio de operadores. Muitos municípios não têm acesso aos serviços.

A Anatel tem o dever de promover competição. Reserva de mercado só interessa aos atuais operadores. Muitos venderam ou pretendem vender licenças, ainda inoperantes, com alto ágio. Há na fila 1.115 pedidos de outorga, alguns há dez anos. A competição, com compromisso de cobertura, contribuirá para intensificar o acesso ao cabo, como foi na telefonia móvel. Pressa? Desvario? Aberta a competição, é sem sentido obrigar a licitação de licenças.

Forcejar um valor elevado pelas outorgas seria desviar a sua finalidade: em vez de prover mais e melhores serviços, seria instrumento de arrecadação. Dizem que as teles concentrarão poder no segmento. A Lei do Cabo não proíbe que elas prestem essa atividade. Para evitar a estatização pela atuação da Telebrás, aquela lei exigia prioridade aos interessados privados. Só há vedação efetiva no contrato de concessão, que agora a Anatel quer rever.

Corrige-se a distorção: em prejuízo ao consumidor, só grupos que não têm concessões podem oferecer pacotes de voz, internet e TV. Permitir tais ofertas também pelas teles beneficia o consumidor. Não é verdade que a exploração de TV a cabo seja hoje feita por operadores indefesos. Abusos poderão ser coibidos pela Anatel e pelo Cade.

O debate é bem-vindo. Não há por que temer a concorrência. Ela é boa justamente porque desafia. Que venha a competição.

FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO é livre-docente em direito público e professor de direito administrativo da USP.
Folha de São Paulo, julho de 2011.

Ensino médio mais próximo do trabalho (HERMAN VOORWALD e JOÃO CARDOSO P. FILHO)

O **GOVERNADOR GERAL DO ALCKMIN** acaba de dar passos decisivos para fazer da rede estadual de ensino um poderoso vetor da consolidação de São Paulo, aos olhos do mundo, como um grande polo de desenvolvimento econômico, agrícola, industrial, tecnológico e educacional.

Após estabelecer a política salarial dos quatro anos de sua gestão para o magistério e o quadro de apoio escolar - com aumento salarial sem precedentes e uma estrutura de cargos e vencimentos para sólido plano de carreira -, o chefe do Executivo paulista assinou nesta semana o decreto que institui o Programa Rede Ensino Médio Técnico do Estado de São Paulo.

A importância da educação para o desenvolvimento tem dois pressupostos fundamentais: a proficiência da força de trabalho no plano econômico e a promoção da cidadania, que resulta da equidade social, uma realidade graças à igualdade de oportunidades. A educação universal e de qualidade, aliada à formação escolar para o trabalho, influi positivamente na inclusão social do jovem, tão presente nas preocupações de todos os setores da sociedade.

Nosso Estado registra índices de acesso ao ensino médio técnico que ainda precisam ser ampliados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece a necessidade de superação da crise de identidade do ensino médio,

Prof. Lucas Rocha

para que este adquira uma estrutura curricular que articule a formação cultural e o trabalho produtivo, as ciências naturais e as humanas, os conceitos científicos e o universo das tecnologias.

Isso se torna possível por uma articulação curricular que agregue ao ensino médio regular a formação para o trabalho. Para articular seu objetivo de ampliar o acesso à formação técnica de nível médio, a Secretaria de Estado da Educação atuou em duas direções. Uma delas foi promover uma chamada pública para o credenciamento de instituições interessadas em participar do programa lançado pelo governador.

Outra foi articular a colaboração valiosa de duas instituições de grande prestígio nacional na formação para o trabalho, o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Serão oferecidas duas modalidades de educação profissional técnica articuladas ao ensino médio.

Uma delas ainda neste ano, para 30 mil alunos da 2ª série, que poderão se matricular nas instituições de educação profissional credenciadas. A outra modalidade prevê a formação básica na escola da rede estadual e a formação técnica nas unidades do Centro Paula Souza ou do Instituto Federal.

O acesso a essas duas modalidades de formação profissional atingirá 30% de todas as matrículas no ensino médio da rede estadual até o ano de 2014. Em termos de Brasil, isso significará uma grandiosa contribuição de São Paulo para o desenvolvimento econômico, em harmonia com a crescente inclusão do jovem no mundo do trabalho.

HERMAN VOORWALD, 56, é secretário da Educação do Estado de São Paulo. **JOÃO CARDOSO PALMA FILHO**, 66, é secretário-adjunto da Educação do Estado de São Paulo. **Folha de São Paulo, julho de 2011.**

Quando o médio é fundamental (WANDA ENGEL)

COMO SABEMOS, a educação brasileira é estruturada em etapas. Inicia-se na educação infantil, continua no chamado ensino fundamental - que, junto com o ensino médio, constitui o ensino básico. A partir daí, segue-se, para poucos, o ensino superior. É interessante observar que o ensino fundamental recebe esse nome por sua enorme importância no desenvolvimento de competências consideradas essenciais para a vida. Quando o Brasil ainda era uma sociedade agroindustrial, também servia como credencial mínima para entrar no mercado de trabalho.

No segundo grau (atual ensino médio), somente o técnico e o normal tinham a função de preparar diretamente para o trabalho. As demais modalidades - científico e clássico - eram organizadas em função das opções de ensino superior, sendo demandadas pelos que pretendiam ter acesso à universidade. Daí a ideia de que o ensino médio seria apenas um "curso de passagem" rumo à universidade.

Nas últimas décadas, as exigências do mercado de trabalho em relação à escolaridade cresceram muito. Na sociedade do conhecimento, o mínimo exigido é o ensino médio completo. Por isso, é necessário um grau de abstração e habilidades intelectuais que só são desenvolvidas em pelo menos 11 anos de escolaridade. O ensino médio não representa mais só uma passagem, mas assume o papel de "ensino fundamental" para prosseguir nos estudos e acessar o mercado de trabalho.

De alguma forma, o sistema educacional tenta responder a essa nova demanda. O aumento das matrículas no ensino médio é significativo nas últimas décadas, mas sem dar vazão às reais necessidades. Apenas a metade dos jovens de 15 a 17 anos que deveriam estar cursando esse nível é aí encontrada. De cada dez jovens que se matriculam na primeira série, apenas cinco concluem seu curso. Em consequência, a média de escolaridade dos jovens de 18 a 24 anos ainda é de apenas nove anos (final do ensino fundamental).

O jovem que não termina seu ciclo básico está fadado a desemprego, subemprego ou inserção no mercado marginal. Ao constituírem suas novas famílias, completam o famigerado ciclo reprodutivo da pobreza. A não conclusão do ensino médio ameaça tanto o futuro dos jovens quanto o projeto de desenvolvimento sustentável do país.

Na faixa de 24 a 35 anos, apenas 38% dos trabalhadores possuem o ensino médio. Hoje, altos níveis de desemprego entre os jovens convivem com sobras de postos de trabalho. As regiões Norte, Sul e Centro-Oeste do país já vivem o temido "apagão de mão de obra".

Avançamos muito na cobertura e na qualidade de nosso ensino fundamental, mas não dá para esperar que essa "onda" atinja o médio. Garantir que nossos jovens acessem, permaneçam e concluam o ensino médio passa a ser um desafio estratégico para a sociedade brasileira. É preciso que tenhamos consciência de que, neste estágio de desenvolvimento do país, o médio é fundamental.

WANDA ENGEL, 66, é superintendente do Instituto Unibanco. Doutora em educação pela PUC-RJ, chefiou a divisão de desenvolvimento social do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington (EUA). **Folha de São Paulo, julho de 2011.**

A busca da informação (TAÍS GASPARIAN)

AO MESMO TEMPO em que o Congresso discute um projeto de lei de acesso à informação, são noticiados novos projetos de lei ou meros procedimentos que visariam excluir do conhecimento público aquilo que atualmente já seria obrigatoriamente público. Um exemplo desse disparate jurídico é a proposta de licitações secretas para a construção dos estádios da Copa. Por outro lado, esta **Folha** divulgou que documentos classificados como confidenciais e reservados dos governos Collor, Itamar e FHC, que já deveriam ser acessíveis, permanecem nos escaninhos da burocracia.

Parece até que a transparência e a informação são exceções no ordenamento jurídico nacional. Mas é justamente o

Prof. Lucas Rocha

contrário. O direito à liberdade de expressão diz respeito não somente ao direito de uma pessoa expressar seu próprio pensamento, mas também ao direito e à liberdade de buscar, receber e distribuir informação e ideias de todo tipo.

A Constituição Federal dispõe sobre o direito dos cidadãos de livremente expressar sua opinião e também sobre o direito de receber dos órgãos públicos informações do seu interesse particular ou coletivo. O legislador, com esses dispositivos constitucionais, evidentemente buscou combater o princípio do segredo - "arcana praxis".

De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, os cidadãos têm o direito de exigir informações e o Estado tem o dever de provê-las. Não há qualquer sombra de dúvida que o direito de acesso à informação detida pelo Estado é protegido no Brasil. Só falta o poder de exercê-lo. Eventual restrição ao direito de acesso à informação deve ser de tal ordem que evidencie que o prejuízo da divulgação é maior do que o interesse público de obter essa informação.

Algumas exceções, ainda que estabelecidas por lei, podem conferir indesejável discricionariedade às autoridades, que acabam por decidir, a seu bel-prazer, quando uma informação pode ser divulgada ou não. Até a classificação da informação como ultrassecreta, secreta, confidencial ou reservada abre brecha à insegurança jurídica quanto ao exercício do direito constitucional de acesso à informação.

Se negar o acesso, a autoridade deveria ser obrigada a demonstrar a razão da negativa. A simples afirmativa não basta. É imprescindível que seja justificada. Além disso, na hipótese de negativa de acesso à informação, o Estado é obrigado a garantir procedimento eficaz para que se possa recorrer da decisão a um Judiciário independente, que garanta o direito. Segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos, o acesso à informação pública é requisito essencial ao exercício da democracia, da transparência e da responsabilidade da administração pública.

Espera-se que ações do Estado sejam governadas pelos princípios de ampla divulgação e de transparência da administração pública - "maximum disclosure", que estabelecem a presunção de que toda informação é acessível e submetida apenas a um limitado sistema de exceções.

Isso permitirá aos cidadãos o exercício do controle democrático das ações, de maneira que possam investigar e avaliar se as funções públicas são exercidas de uma forma adequada.

TAÍS GASPARIAN, 52, advogada, mestre pela Faculdade de Direito da USP, é sócia do escritório Rodrigues Barbosa, Mac Dowell de Figueiredo, Gasparian - Advogados. **Folha de São Paulo, julho de 2011.**

Bobagem? (OSMAR TERRA)

O CRACK não é uma droga igual às outras. O dano que causa ao organismo, em particular ao cérebro, é rápido e praticamente irreversível. Em poucas semanas, muda as conexões cerebrais e a memória do prazer, passando a comandar a motivação e o desejo de forma avassaladora. O dependente sem tratamento morre cedo; quando tratado, torna-se um doente crônico, com frequentes recaídas.

Nos últimos anos, ocorreu uma explosão no uso do crack no Brasil. Ela vem sendo detectada por milhares de prefeituras, pelos ambulatórios, pelos hospitais e por profissionais de diversas áreas.

Mas, apesar das evidências, fomos surpreendidos pelas declarações da secretária nacional de Políticas sobre Drogas, Paulina Duarte, afirmando que a epidemia do crack "é uma bobagem".

Sendo dirigente do órgão do governo federal responsável pelo enfrentamento do problema, a palavra "bobagem" dita pela secretária poderá ter consequências trágicas.

Hoje, já morrem mais vítimas da epidemia do crack do que de todas as demais epidemias virais somadas. Pelas amostragens municipais, podemos inferir que 1% da nossa população está dependente da droga. São quase 2 milhões de brasileiros! Nos Estados Unidos, onde circula há mais tempo, chegou a 4% de dependentes.

Os sinais da epidemia estão em toda parte. No Brasil, entre as drogas ilícitas, já é responsável pelo maior número de ocorrências policiais e de urgências médicas. Seu tráfico já responde por quase metade dos homicídios do país! Ignorar esse gravíssimo problema só pode ser explicado por um viés ideológico. O mesmo que, de um lado, propõe legalizar as drogas e, de outro, minimiza o problema, tratando-o de forma genérica e sem foco. A consequência dessa visão é a paralisia, que pode ser fatal para milhares de jovens.

Mais grave do que minimizar o problema, talvez seja a lentidão de como se trata a questão na prática. Em maio de 2010, o governo federal anunciou R\$ 410 milhões para enfrentar o crack. Até agora, menos de 20% disso foi liberado. A modesta meta de criar mais 2.500 leitos para desintoxicação continua no plano das intenções.

Com o insuficiente financiamento da saúde, menos de 10% da promessa foi cumprida. Também as limitadas ações de vigilância nas fronteiras com os países produtores de cocaína ficaram severamente comprometidas com os cortes feitos nos orçamentos de nossas Forças Armadas e da Polícia Federal.

O simples fato de a droga permanecer tendo o mesmo preço para consumo que tinha há cinco anos revela que as apreensões feitas até agora nem de longe afetaram sua oferta para um consumo que cresce geometricamente.

Temos um enorme desafio pela frente. Mas, para vencê-lo, é preciso antes de tudo reconhecer que a epidemia do crack é uma realidade. Ignorá-la, por desconhecimento ou por ideologia, é uma bobagem que pode custar a vida de muitos brasileiros.

OSMAR TERRA, mestre em neurociências pela PUC-RS, é deputado federal pelo PMDB-RS. Foi secretário da Saúde do Rio Grande do Sul. **Folha de São Paulo, julho de 2011.**

Sempre os mesmos crimes e castigos (BARBARA GANCIA)

NÃO VAI DAR em nada. Sujeito bebe, corre, se envolve em acidente bárbaro, tira a vida de outra pessoa, sai ileso e fica por isso mesmo.

Dirá o leitor com menos disponibilidade que, se capotasse um ônibus na estrada do M'Boi Mirim matando todos os ocupantes, dificilmente a colunista dedicaria seu espaço tão precioso à ocorrência.

Alguém também poderá notar que só se está dando atenção ao caso porque a vítima era linda e loira e sobrinha-neta de ex-governador. E que o acidente com o Porsche que arregaçou a Tucson para cima do poste ocorreu no Itaim Bibi, a região mais próspera da cidade. Acontece que eu moro justamente na rua Tabapuã, a poucas quadras da encrenca que o engenheiro Marcelo Malvio Alves de Lima, 36, provocou na noite do último sábado, que culminou em um boletim de ocorrência com morte.

Dar um Porsche turbo na mão de um termocéfalo para que ele acelere em uma rua com a geografia da minha é o mesmo que colocar uma arma na mão de um macaco. O modelo turbo custa R\$ 600 mil e tem coisa de 500 cavalos. Trata-se de um carro de corrida feito para andar na rua. Nos seus melhores dias, a maioria das pessoas não tem instintos suficientemente apurados para corrigir as reações de um bicho desses. Estamos falando de um carro que vai de 0 km/h a 200 km/h em menos de nove segundos.

Conversei com gente que entende do riscado e que examinou as imagens do que sobrou da Tucson. Há quem duvide de que Marcelo estivesse a "apenas" 150 km/h. Do jeito que a perua ficou, a velocidade do Porsche na hora do impacto pode ter sido ainda maior. Para o leitor que nunca esteve no meu bairro (veja bem, não foi por falta de convite meu), a Tabapuã é uma rua estreita e cheia de ondulações (região pantanosa na beira do rio Pinheiros) que encontra uma esquina ou um semáforo a cada cem metros ou menos.

Só um batráquio celerado mental acharia possível percorrer a via no ritmo imposto pelo engenheiro na noite de sábado. Mesmo um bêbado cambaleante poderia deduzir ser mais sensato permanecer no bar chuchando uma mamadeira repleta de Jack Daniel's do que sair acelerando um bólido que leva menos de um quarteirão para ir de estacionado aos 100 km/h. Ganhadores da megassena quase sempre acabam na miséria, isso porque dinheiro não aceita desaforo. Quem ganha fácil gasta fácil. Apreendi isso na vida. Só há três tonalidades de esbanjadores: compulsivos, aqueles que ganham na maciote, sem esforço, ou os que ganham do papai.

Não sei da situação de Marcelo. Se estamos falando de um engenheiro de produção, civil, mecatrônico ou mecânico. Não sei de onde ele vinha tão animado, para onde ia tão corajoso, se costuma pular Carnaval ou mesmo se já se deu conta do sofrimento que causou, inclusive à sua família. Só posso ter certeza de que, além da dor na consciência, não terá outras a anexar.

A velocidade em que trafegava não será comprovada nem se terá confirmação de quanto havia bebido. Além do mais, a advogada Carolina Menezes Cintra Santos, 28, que perdeu a vida entre as ferragens a poucos quarteirões da minha casa, tinha acabado de cruzar o sinal vermelho quando encontrou o Porsche pela frente. Alguém duvida de que não vai dar em nada?

barbara@uol.com.br - www.barbaragancia.com.br, Folha de São Paulo, julho de 2011.

Craqueiras e craqueiros (DRAUZIO VARELLA)

A CONTRAGOSTO, sou daqueles a favor da internação compulsória dos dependentes de crack. Peço a você, leitor apressado, que me deixe explicar, antes de me xingar de fascista, de me acusar de defensor dos hospícios medievais ou de se referir à minha progenitora sem o devido respeito. A epidemia de crack partiu dos grandes centros urbanos e chegou às cidades pequenas; difícil encontrar um lugarejo livre dessa praga. Embora todos concordem que é preciso combatê-la, até aqui fomos incapazes de elaborar uma estratégia nacional destinada a recuperar os usuários para reintegrá-los à sociedade.

De acordo com a legislação atual, o dependente só pode ser internado por iniciativa própria. Tudo bem, parece democrático respeitar a vontade do cidadão que prefere viver na rua do que ser levado para onde não deseja ir. No caso de quem fuma crack, no entanto, o que parece certo talvez não o seja.

No crack, como em outras drogas inaladas, a absorção no interior dos alvéolos pulmonares é muito rápida: do cachimbo ao cérebro a cocaína tragada leva de seis a dez segundos. Essa ação quase instantânea provoca uma onda de prazer avassalador, mas de curta duração, combinação de características que aprisiona o usuário nas garras do traficante.

Como a repetição do uso de qualquer droga psicoativa induz tolerância, o barato se torna cada vez menos intenso e mais fugaz. Paradoxalmente, entretanto, os circuitos cerebrais que nos incitam a buscar as sensações agradáveis que o corpo já experimentou permanecem ativados, instigando o usuário a fumar a pedra seguinte, mesmo que a recompensa seja ínfima; mesmo que desperte a paranoia persecutória de imaginar que os inimigos entrarão por baixo da porta.

A simples visão da droga enlouquece o dependente: o coração dispara, as mãos congelam, os intestinos se contorcem em cólicas e a ansiedade toma o corpo todo; podem surgir náuseas, vômitos e diarreia. Quebrar essa sequência perversa de eventos neuroquímicos não é tão difícil: basta manter o usuário longe da droga, dos locais em que ele a consumia e do contato com pessoas sob o efeito dela. A cocaína não tem o poder de adição que muitos supõem, não é como o cigarro cuja abstinência leva o fumante ao desespero esteja onde estiver.

Vale a pena chegar perto de uma cracolândia para entender como é primária a ideia de que o craqueiro pode decidir em sua consciência o melhor caminho para a sua vida. Com o crack ao alcance da mão, ele é um farrapo automatizado sem outro desejo senão o de conseguir mais uma pedra.

Veja a hipocrisia: não podemos interná-lo contra a vontade, mas devemos mandá-lo para a cadeia assim que ele roubar o primeiro transeunte. A facção que domina a maioria dos presídios de São Paulo proíbe o uso de crack: prejudica os negócios. O preso que for surpreendido fumando apanha de pau; aquele que traficar morre. Com leis tão persuasivas, o crack foi banido: craqueiras e craqueiros presos que se curem da dependência por conta própria.

Não seria mais sensato construirmos clínicas pelo país inteiro com pessoal treinado para lidar com dependentes? Não sairia mais em conta do que arcar com os custos materiais e sociais da epidemia? É claro que não sou ingênuo a ponto de acreditar que, ao sair desses centros de tratamento, o ex-usuário se tornaria cidadão exemplar; a doença é recidivante. Mas pelo menos ele teria uma chance. E se continuasse na cracolândia?

E, se ao receber alta contasse com apoio psicológico e oferta de um trabalho decente, desde que se mantivesse de cara limpa documentada por exames periódicos rigorosos, não aumentaria a probabilidade de permanecer em abstinência?

Países, como a Suíça, que permitiam o uso livre de drogas em espaços públicos, abandonaram a prática ao perceber que a mortalidade aumenta. Nós convivemos com cracolândias a céu aberto sem poder internar seus habitantes para tratá-los, mas exigimos que a polícia os prenda quando nos incomodam. Existe estratégia mais estúpida?

Faço uma pergunta a você, leitor, que discordou de tudo o que acabo de dizer: se fosse seu filho, você o deixaria de cobertorzinho nas costas dormindo na sarjeta?

Folha de São Paulo, julho de 2011.

Afinal, o que somos? (JOÃO FERNANDES TEIXEIRA)

Os alardes das recentes descobertas da Neurociência têm repercussão exagerada e ainda não respondem a incômodas questões sobre funções cerebrais e sobre a existência do homem



Existe uma pergunta insidiosa que, nos últimos tempos, tem preocupado muitas pessoas e que parece não querer calar tão cedo: será que somos apenas nossos cérebros? Um punhado de genes em interação produzindo a ilusão de que temos um "eu"? O que terá restado da subjetividade?

Essas proposições são cada vez mais proclamadas pela mídia como conclusões científicas definitivas e não apenas conjecturas, e talvez seja isso o que nos inquieta mais. É da Neurociência que deriva a autoridade para sustentar essa visão e, nesse sentido, podemos dizer que atualmente ela é a disciplina científica que mais tem afetado a imagem que o homem tem de si. Dizer que o nosso "eu" nada mais é do que o metabolismo do cérebro tem consequências profundas, tanto do ponto de vista filosófico como do antropológico. Significa sugerir que uma questão filosófica milenar, o problema mente-cérebro, pode ser solucionada. Nossas mentes não seriam nada mais do que nossos cérebros. A imagem socrática do homem de uma alma aprisionada a um corpo, que herdamos nos últimos milênios de

Filosofia, deveria agora ser abandonada. É isso que nos dizem neurocientistas contemporâneos ilustres, como, por exemplo, o indo-americano Vilayanur Ramachandran, autor do *best seller Fantasma no cérebro*.

Na verdade, a Neurociência está longe de resolver esse problema, e nenhum neurocientista sério se atreveria a dizer que sua solução está próxima. A própria afirmação de Ramachandran não é mais do que programática e sugestiva. Ainda sabemos muito pouco acerca do cérebro humano, embora não possamos afirmar cabalmente que essa situação não poderá mudar nas próximas décadas. No momento, não sabemos ainda sequer como o cérebro organiza a informação de modo a termos experiências visuais, táteis e olfativas coerentes. Muito menos sabemos como e por que essas experiências são acompanhadas de consciência, ou melhor, por que são vividas por nós como experiências conscientes. A consciência ainda é um mistério tanto para a Ciência como para a Filosofia. Como bem ressaltou o filósofo australiano David Chalmers, é um problema que não pode ser ignorado e deve ser levado a sério, na medida em que traduz nossa situação de ignorância acerca da mente humana.

Contudo, o que mais deve nos preocupar é o fato de que, gradualmente, estamos alterando nosso comportamento e nossa percepção dos seres humanos como se a Neurociência já tivesse atingido seus objetivos ou como se pudéssemos ter a certeza plena de que eles serão realizados. Todos os dias, a imprensa leiga alardeia novas descobertas da Neurociência. Os jornais e a TV afirmam que estamos mapeando o cérebro da mesma maneira que há alguns anos mapeamos o genoma humano e que estamos prestes a criar simulações de cérebros de alguns animais.

Claramente, há mais propaganda e sensacionalismo do que resultados efetivos. E não sabemos, tampouco, se a replicação do cérebro humano é o caminho mais curto para simular a inteligência e a consciência.

Mas está na hora de perguntarmos: por que tanto esforço e preocupação com a disseminação dessa ideia? Ou melhor, por que insistir tanto numa ideia que, no final das contas, tem unicamente como consequência ideológica reduzir-nos a algumas proteínas em interação? Será que essa é uma resposta cômoda para nos assegurarmos de que agora sabemos o que somos, de onde viemos e para onde caminhamos? Não será esse apenas um caminho fácil para abafar o ruído de fundo produzido por algumas questões metafísicas inevitáveis? Afinal, o conforto que nos chega por intermédio dos especialistas é muito mais cômodo do que conviver com dúvidas e, com elas, a possibilidade de ter de tomar decisões éticas individualmente. Talvez isso explique a razão de tanto empenho em dar uma aparência de unanimidade à ideia de que somos apenas um pacote de genes.

Será que somos apenas nossos cérebros? Um punhado de genes em interação produzindo a ilusão de que temos um "eu"? O que terá restado da Subjetividade?

Nos últimos séculos, a existência de questões metafísicas passou a incomodar muito. No século XXI não poderia ser diferente. Queremos o conforto de uma cultura da resposta certa, na qual não existam brechas para a dúvida. A própria Filosofia, nos seus últimos séculos de história, tomou como tarefa essencial a destruição da Metafísica. Tudo se passa como se a Filosofia tivesse tentado, primordialmente, calar a si mesma. Foi esse o percurso que começou com Kant – esse filósofo paradoxal que ergueu um imenso sistema metafísico para provar que a Metafísica não é possível. Seus passos foram seguidos por Augusto Comte, que quis nos assegurar que a Filosofia se dissolveria na Ciência. Wittgenstein, no século XX, quis asseverar que a Filosofia é um castelo de cartas criado pela linguagem. Todos eles estavam preocupados em extirpar a Metafísica ao mostrar que suas perguntas não têm respostas. Mas as questões metafísicas têm se mostrado recorrentes. Elas sobreviveram às diversas demonstrações filosóficas de que são insolúveis. É o retorno do reprimido.

No final do século XX, com o advento de novas tecnologias de observação do cérebro humano quase em tempo real, alguns neurocientistas, como Ramachandran e Gerald Edelman, sugeriram que problemas filosóficos, como, por exemplo, o da natureza da consciência e outras questões metafísicas tradicionais, poderiam agora ser resolvidos pelas teorias neurocientíficas. Estaríamos caminhando para uma *Neurofilosofia*, que estaria se tornando a ferramenta poderosa para extirpar a moléstia metafísica. Quem sabe, as próprias dúvidas hiperbólicas da Filosofia nada mais seriam do que estados cerebrais inoportunos, dos quais poderíamos nos livrar interferindo no metabolismo do cérebro, provavelmente por meio de drogas poderosas. Afinal, já existem drogas que induzem efeitos específicos, como é o caso das que produzem experiências religiosas. Não queremos mais ser incomodados por dúvidas insidiosas; o ideal da saúde, da mente sã, deve se sobrepor à busca por respostas a questões incômodas do tipo "o que somos?", "de onde viemos?" e "para onde caminhamos?" Da mesma maneira que a Filosofia, a Neurociência no século XXI estaria agora tomando para si a tarefa de dismantelar a Metafísica e calar definitivamente suas questões.



Nos últimos séculos de história, filósofos como Kant e Comte negavam a Metafísica Wittgenstein dizia que a Filosofia não era mais que um castelo de cartas que a linguagem criou

A Neurociência se apresenta como a teoria de tudo, um ideal da Física do século XX, que só agora os físicos começam a abandonar. Ela seria a Ciência de tudo, pois ela poderia, em última análise, explicar a própria produção do conhecimento. Que todo conhecimento é produzido no cérebro humano é uma obviedade, mas não se pode esquecer que uma Ciência do cérebro precisa buscar critérios de verdade para suas teorias, os quais não poderiam ser fornecidos pelo próprio cérebro, mesmo que este seja o ponto de partida de todo o conhecimento. Quem, ou o que, deve validar teorias neurocientíficas? A própria Neurociência?

"O que somos?". A Neurociência responde a essa pergunta dizendo: "Você é o seu cérebro". Será que essa proposição teria algum significado se não pressupusesse a existência daquilo que ela dismantela, ou seja, da própria ideia do cérebro como sede da subjetividade? Sou meu cérebro, mas se não houvesse estados subjetivos únicos, irreduzíveis a estados cerebrais, não faria diferença dizer "Você é o seu fígado". Cérebros e fígados apresentam diferenças individuais em cada um de nós, mas falar do nosso "eu" da mesma maneira que falamos do nosso fígado soaria paradoxal. Certamente, há muito mais coisas envolvidas numa proposição como "Você é o seu cérebro". A Neurociência precisa da mente para falar na busca de seus correlatos neurais. Tudo se passa como se estivéssemos nos livrando de algo cuja existência nós mesmos tivéssemos postulado de antemão.

Não há dúvida de que a Neurociência avançará muito nas próximas décadas. Novas tecnologias para observar o cérebro em funcionamento se consolidarão, e com isso chegaremos perto da cura de doenças como o Parkinson e o Alzheimer. A Filosofia não pode ignorar os progressos da Neurociência e o seu papel nas questões da Filosofia da Mente. Isso

Prof. Lucas Rocha

seria o mesmo que a Filosofia do século XVII ignorar as descobertas de Galileu e da Física moderna. Mas presumo que o impacto da Neurociência sobre as sociedades tem sido desproporcional às conclusões que dela podemos efetivamente derivar e não acredito que ela possa nos livrar de aflições metafísicas incômodas fornecendo respostas diretas a questões prementes como "o que somos?". O ideal reducionista ainda está longe de ser alcançado.



Revista FILOSOFIA, julho de 2011.

João de Fernandes Teixeira é Ph.D. pela University of Essex (Inglaterra) e se pós-doutorou com Daniel Dennett nos Estados Unidos. É professor titular na Universidade Federal de São Carlos e escreve a coluna Filosofia da Mente nesta publicação www.filosofiadamente.org

Dissecando Crimes e Pecados (FLÁVIO PARANHOS)

A obra de Woody Allen se apresenta como um grande viés de reflexão acerca da moralidade e da Religião, na possibilidade de usar o cinema para discutir profundas questões filosóficas

Uma das abordagens filosóficas mais comuns ao cinema é a didática. O filme (ou um pedaço dele) como meio para se ilustrar teses filosóficas estabelecidas. Embora se trate de abordagem interessante, tem valor crítico reduzido. Esse foi o caso dos livros *Philosophy through film*, de Mary M. Litch, e *Philosophy goes to the movies*, de Christopher Falzon, ambos professores de Filosofia, que, cinéfilos, enxergaram no meio uma arma para atingir seu fim - ensinar a disciplina Filosofia.

Litch¹ propõe um exercício interessante. Submeter as ações de alguns dos personagens (particularmente Judah) ao crivo das teorias morais (Litch acredita ser *Crimes e pecados* rico em todas elas). Propõe a seguinte questão: se fizessemos um consequencialista e um não consequencialista assistirem ao filme, como eles julgariam a ação de Judah, por exemplo? Litch acredita que ambos o condenariam. Um consequencialista utilitarista calcularia que a morte de Dolores traria mais mal do que bem, inferindo que sua família e seus amigos ficariam muito tristes e a própria Dolores sofreria. O não consequencialista kantiano lembraria que Dolores não pode servir de meio para um fim e que o que Judah fez não pode ser universalizável. Mais adiante, Litch admite que o filme não oferece elementos para um utilitarista raciocinar condenando, mas todos os elementos em contrário, o que coloca um dilema nos corações do espectador: ele sente que o que Judah fez foi moralmente errado, mas vê que deu tudo certo no final, pessoas estão felizes como consequência do ato, o que é absolutamente certo. De fato há um sentimento moral paradoxal quanto ao ato de Judah provocado no espectador, o que, acredito, trata-se de uma das intenções de Woody Allen.

Litch lembra ainda da posição deísta de Sal, o pai de Judah, e o niilismo de tia May (que Litch considera mais uma relativista cultural moral). Uma das frases de tia May ("*Might makes right*") é lembrada por Litch por ser a base da teoria moral apresentada por Trasímaco na *República* de Platão (Litch não menciona o anel de Gíges).

Por fim, Litch aponta a diferença básica entre Raskolnikov e Judah. O primeiro é consumido pela culpa até se entregar e se "redimir ante Deus". O segundo é consumido pela culpa inicialmente, mas à medida que o tempo passa, e ele não só não é pego, mas o que é pego em seu lugar é um assassino já condenado por vários crimes, acaba sendo capaz de racionalizar a culpa até o ponto de se ver livre dela.

CRIMES AND MISDEMEANORS



Em Crimes e Pecados, temas como traição, morte e desencantos afetivos são trabalhados em duas histórias paralelas que se encontram ao final da trama

Teorias compartilhadas

Christopher Falzon² também se vale de *Crimes e pecados*, juntamente com outros filmes (*Laranja mecânica*, de Kubrick, *O sétimo selo*, de Bergman, *Rashomon*, de Kurosawa, entre vários outros) para discutir diferentes teorias morais. Como seu objetivo é passear por todas, fazendo ainda correlações não só entre elas, mas entre os diferentes filmes citados, Falzon se perde um pouco. Mas duas de suas observações nos são particularmente úteis. A menção ao anel de Gíges (da *República*, de Platão) e ao existencialismo. Essas são, de fato, duas referências filosóficas obrigatórias em *Crimes e pecados*. Voltaremos a elas oportunamente.

O não consequencialista kantiano lembraria que Dolores não pode servir de meio para um fim e que o que Judah fez não pode ser universalizável

Mark W. Roche³ enxerga três teorias morais competindo no filme. Uma ingênua, uma niilista e uma idealista. A ingênua seria representada pela religiosidade do pai de Judah, para quem "os olhos de Deus tudo veem" e "se tivesse de escolher entre Deus e a verdade, ficaria com o primeiro"⁴. Roche chama essa posição de uma "teodiceia simplista", pela qual Deus tudo vê e se encarrega de punir, eventualmente, injustiças. Traça ainda um paralelo entre a tragédia de Sófocles, *Édipo Rei*, que "trata do mesmo tema do filme, a saber, há um universo moral?, os deuses punem os injustos?". Mas Roche não se preocupa com a visão como metáfora moral, que caberia duplamente nesse caso. Édipo arranca os próprios olhos (autopunição moral: nunca mais enxergar). Além disso, há outro filme de Woody que, fazendo um trocadilho com o título da peça (*Edipus Rex*, a peça, *Edipus Wreck*, o filme), tem como personagem principal a mãe que tudo vê (literalmente, pois, por mágica, fica suspensa no céu vigiando os passos do filho). Esta perspectiva é ingênua, de acordo com Roche, porque prescinde de racionalidade ("entre a verdade e Deus, fico com Deus" é de fato emblemático disso).

A segunda teoria moral que briga por seu espaço em *Crimes e pecados*, de acordo com Roche, seria a niilista, representada pela posição da tia May. "Só é importunado pela moral quem quer", "o poder determina o que é correto" e "a história é escrita pelos vencedores" são os elementos-chave da teoria. A terceira seria a do filósofo Louis Levy, a respeito de quem Cliff está fazendo o documentário. Na ausência de um deus (ou o Deus) e diante de um universo absolutamente indiferente à nossa presença⁵, somos nós que o preenchemos com nossos sentimentos. O suicídio do filósofo, entretanto, põe em xeque tal visão.

Qual das três teorias Woody Allen "defende"? Para a maioria dos analistas, a segunda, a da tia May. Para Roche (e para mim), nenhuma. Se ficarmos atentos, perceberemos que há espaço a todas elas. A solução é tipicamente filosófica: não há solução. Roche acerta em cheio nessa interpretação, indo contra a corrente daqueles que enxergaram no filme um símbolo dos EUA da era Reagan. Não é nada disso. Roche só erra ao dizer que Woody hipercriticou todas elas, quando, na verdade, ele meramente as descreveu objetivamente ("objetivamente" na medida em que deu chance a todas, deu voz a todas). Por outro lado, acertou ao considerar que o diretor teve o cuidado de fazer o espectador estabelecer empatia com todos os personagens (não só os "bonzinhos").

Peter J. Bailey⁶ concentra sua análise no fato de *Crimes e pecados* ser uma tragicomédia, sendo as agruras do personagem Cliff um bom contraponto às do personagem Judah, permitindo até mesmo as inserções cômicas de cenas de filmes antigos de Hollywood. Bailey acredita (com o que concordo) que essa característica concedeu ao filme uma trégua em relação aos críticos de Woody Allen, que o destruíram sempre que ele tentou abordar temas filosóficos de maneira mais séria (como em *Interiores*, *Setembro* e *A outra*). De fato, o feliz e benfeito casamento entre tragédia e comédia (embora pendendo mais para o lado da tragédia) em *Crimes e pecados* é responsável por ser ele considerado, ainda hoje, um dos melhores filmes realizados pelo diretor⁷.



Laranja Mecânica, outra obra que aborda a Ética, conta a história de Alex, o cobaia de um experimento que objetivava refrear impulsos destrutivos. Mas ele torna-se impotente para lidar com a violência que o cerca

Análises kantianas

Em sua análise declaradamente kantiana de *Crimes e pecados*, James Lawler⁸ considera que a visão cínica de mundo oferecida pelo oftalmologista Judah Rosenthal é que é a cega. Ben, o rabino, embora cego literalmente, viveria no mundo real, um mundo em que o agir moralmente seria recompensado com a alegria do verdadeiro amor (a cena final de Ben dançando com a filha em seu casamento seria prova disso). O "mundo real" invocado por Judah para justificar seus atos seria apenas uma aparência (aqui Lawler se vale do conceito kantiano de fenômeno) e a prova disso é o que a amante diz que Judah se transforma quando está com ela, que apenas com ela é que seria feliz de verdade. O universo frio e moralmente neutro do personagem-filósofo Levy, que só ganha algum sentido quando preenchido pelo amor das pessoas (e não por sua indiferença, como indiferente é o universo) é que é o universo real - nós fazemos o universo real com nosso amor.



Noivo Neurótico, Noiva Nervosa ganhou o Oscar de melhor filme e direção, mas Woody Allen preferiu não recebê-lo pessoalmente e ir tocar jazz, como costumava fazer toda segunda-feira no restaurante do hotel Carlyle, em Nova York.



Ingmar Bergman, Groucho Marx e Federico Fellini são alguns nomes da lista de ídolos do diretor-filósofo Woody Allen

Por se tratar de uma análise a partir de um prisma kantiano, Lawler não teria mesmo como chegar a conclusões diferentes. Mas esse viés o cegou para várias evidências em contrário, presentes no próprio filme. Em primeiro lugar, a opinião (ou visão) da amante de que Judah só era realmente feliz em sua companhia é a opinião dela. Ponto. Sempre se pode concluir (e o filme fornece evidências contundentes para tanto) que essa era sua visão distorcida, que aquele caso extraconjugal apenas dava prazer momentâneo a Judah, da mesma forma que, digamos, um bom livro de ação. Por melhor que seja o livro de ação, por mais emocionante e prendedor de atenção, não é a "vida real".

Em segundo lugar, não é só o canalha Judah com seu grande crime que se dá bem, mas também o canalha Lester, que não mata ninguém, mas nem por isso deixa de ser um (canalha). Colocado em contraposição ao cunhado perdedor e idealista, é dramática a diferença de suas vidas. A verdade é que Lester é mais feliz. Cliff é infeliz.

Em terceiro lugar, Lawler não responde à própria questão que se põe: por que o personagem filósofo Levy se suicidou depois de fazer toda uma argumentação de que era possível dar calor ao universo frio com o amor? Por que ele enxergava demais! Vislumbra longe uma possibilidade de se distrair da verdade terrível com amor, mas enxergava bem demais pra que esse remédio lhe fosse eficaz.

Lawler se vale de uma passagem da *Fundamentação da metafísica dos costumes* de Kant, em que este cita o exemplo de uma pessoa que, confrontada com a punição certa e imediata se retrai na realização de um prazer proibido para mostrar que isso é fruto de nosso instintivo apego à vida, que se perderia (em tese) caso a mesma punição nos fosse "oferecida" em troca da vida de um inocente. Ora, no primeiro caso não se trata de apego à vida, mas medo de punição, de ser pego. No segundo, trata-se de um altruísmo de raízes ontológicas (que pode ou não acontecer) que não prova nada a não ser que somos capazes de, em situações extremas, ser altruístas ao extremo (em tese). A partir dessa passagem, Lawler interpreta erroneamente a decisão tomada por Judah, de parar de se encontrar com sua amante como "amor à vida em face de uma ameaça de morte". Não existe tal ameaça de morte, mas a ameaça de que sua travessura sexual seja descoberta e ele, punido com o rompimento com sua família e indignação da sociedade que antes o aplaudia. E nisso ficaria se a amante não fosse tão insistente. Aqui, Woody deu seu toque de gênio. Diante da ameaça real e palpável de ver sua vida (a real!) desabar, Judah opta por uma decisão radical, extrema, antialtruísta (egoísta ao extremo) de acabar com a vida de uma "inocente". Woody inverteu a tese de Kant. Se é verdade que uma pessoa pode, em tese, optar por acabar com a própria vida para salvar um inocente, também o é seu oposto (em tese!). Mas isso também não prova nada, a não ser que, em casos extremos, podemos ser extremamente egoístas. O universo continua moralmente vazio e nós é que o preenchemos.

A Lawler escapou a importância dos misdemeanors, dos "males menores" personificados por Lester. Pode-se dizer que este, por mais pintado de canalha que



"Os deuses punem os injustos?" Mark Roche traça um paralelo da peça Édipo Rei, de Sófocles, com o filme Crimes e Pecados pela teoria moral contida nas duas histórias

tenha sido pelo diretor (pelos olhos do personagem do cineasta idealista, não casualmente interpretado por Woody), não fez mal a ninguém. A não ser ao idealista, que perdeu um grande amor para ele. A sociedade não quer saber de detalhes, quer resultados. Winner takes it all. Judah é apenas um exemplo de até onde se é capaz de ir em situação de exceção. Lester é a regra.

John Pappas⁹ (como Christopher Falzon) faz uma analogia entre o anel de Gíges do livro II da *República*, de Platão, e *Crimes e pecados*. O anel seria a fortuna e fama dos personagens com sucesso, Judah e Lester, ou seja, seu poder. Coloca a seguinte questão: o que faria cada um dos personagens se tivesse o anel? Cliff não o utilizaria, acredita Pappas (com o que não concordo completamente, embora sempre se pode dizer a favor de Cliff o fato dele ter tido uma importante oportunidade de ter poder, ou seja, um gostinho do anel, e recusou, pondo tudo a perder e fazendo justamente o contrário: fazendo Lester ver quem realmente é). Um ponto muito interessante lembrado por Pappas é a análise que faz o filósofo Henri Bergson, da pessoa cômica, para quem este usaria um anel de Gíges ao contrário, tornando-se invisível para si próprio e supervisionável aos outros. Não exatamente assim, mas esse é um *insight* interessante: usa melhor o anel de Gíges quem o usa em si próprio também e fica cego para as próprias concessões morais, tornando-se o máximo em termos de eficácia de vencedor. Algo que Lester consegue (e os "lesters" da vida), mas não Judah (os "judahs" da vida).



Woody inverteu a tese de Kant, se é verdade que uma pessoa pode, em tese, optar por acabar com própria vida para salvar um inocente, também o seu oposto

Pappas reconhece que *Crimes e pecados* não é uma tragédia, já que todos (quase) se dão bem no final. A única leitura possível é pessimista, mas não necessariamente sua consequência. Pode-se usar esse pessimismo para nos fazer refletir acerca da natureza e prática da moral e, quem sabe, nadarmos contra a corrente. Embora menos Pappas reconhece que *Crimes e pecados* não é uma tragédia, já que todos (quase) se dão bem no final. A única leitura possível é pessimista, mas não necessariamente sua consequência. Pode-se usar esse pessimismo para nos fazer refletir acerca da natureza e prática da moral e, quem sabe, nadarmos contra a

corrente. Embora menos descarada do que a análise de Sander Lee (que discutiremos adiante), essa também não deixa de ser uma tentativa de "salvar" o filme moralmente.

Foster Hirsch, em *Love, sex, death and the meaning of life - The films of Woody Allen*, é o autor de um dos julgamentos mais infelizes a respeito de *Crimes e pecados*. De acordo com ele, o filme é um "crime thriller intercut with further, mostly comic variations on Allen's favorite topic, the Manhattan mating dance"¹⁰. Entretanto, justiça seja feita, Hirsch também foi capaz de um *insight* feliz. Assim como apontou Bailey, os temas sérios tratados em *Crimes e pecados* o foram de forma mais eficaz, ao incorporar uma narrativa eficientemente trágico-cômica. Diferentemente de *A Outra* e *Setembro*, dramas mal recebidos (e mal compreendidos, eu acrescentaria) pela crítica, *Crimes e pecados* caiu no gosto geral, o que permitiu que tais temas também fossem discutidos com a devida atenção e respeito¹¹. O objetivo de Allen, acredita Hirsch, de nos fazer pensar, nos fazer ficar incomodados com o fato de Judah ter se safado, foi plenamente atingido¹². Hirsch tem razão. Em *Crimes e pecados*, Woody pensa e nos faz pensar. Incomoda, no melhor dos sentidos do termo.



O compartilhamento de conflitos e confissões psicológicas faz que a trama de A Outra se desenlace a partir da criação de um livro em Nova York

Crítica a Woody Allen

Sander H. Lee é o exemplo acabado de como o fato de ser fã de um diretor pode embolar completamente o raciocínio e ocasionar uma das análises mais teimosamente equivocadas a respeito de um filme já publicadas. Em sua análise de *Crimes e pecados*¹³, incomodado com as acusações de cinismo e relativismo moral nocivo a que Woody Allen estava sendo submetido por muitos críticos norte-americanos (eles próprios cegos à verdadeira mensagem do filme), Lee elaborou uma saída fantasiosa para o problema, teimando com ela, mesmo depois de desautorizado pelo próprio diretor. De acordo com ele, Judah se arrepende, sim, e sua racionalização da culpa não é suficiente para torná-lo verdadeiramente feliz. Um dia, ele ainda acabará se traindo (como Raskolnikov - Lee não diz, mas seria o caso de se inferir). E Ben, o rabino cego, é o grande felizardo do filme, com sua filha se casando alegremente (Lee se esquece de que Ben nem teve dinheiro para pagar a cerimônia, quem pagou foi o irmão *successful* Lester).

Lee pergunta a Woody¹⁴:

"Parece haver dois finais para *Crimes e pecados*, o aparentemente pessimista diálogo entre Judah e Cliff, e o mais esperançoso soliloquio apresentado por Louis Levy como fundo à cena em que vemos Ben dançar docemente com sua filha. Eu defendo que a interpretação mais otimista é a correta, que Judah, apesar de seus protestos em contrário, continua a ser incomodado pela culpa, e que o suicídio de Louis Levy não elimina a possibilidade de se construir uma vida baseada em trabalho e família. Você concorda? A propósito, estou certo em pensar que o personagem de Louis Levy é baseado em Primo Levi?"

Woody responde:

"Você está errado sobre Judah; ele não sente qualquer culpa e na eventualidade (extremamente rara) desse evento ocorrer, seu incômodo será desprezível.

Louis Levy está relacionado a Primo Levi apenas de forma inconsciente. Eu não estava atento à similaridade dos nomes até muito tempo depois de o filme ser lançado. Mas eu conheço os escritos de Primo Levi e ele provavelmente está presente de forma inconsciente."

Lee não precisava ter passado pelo vexame de uma quase monossilábica resposta óbvia. Poderia ter lido com atenção o que Woody disse a respeito do filme em sua entrevista a Stig Björkman. Não há como ser mais claro: "Uma das ideias do filme é que (...) não é suficiente ter um bom coração e almejar o bem. A sociedade premia o sucesso. O fato de Lester ser um tolo não importa. Ele tem sucesso. E porque ele tem sucesso, é chamado para falar em universidades, as pessoas lhe dão prêmios. A mocinha fica com ele no final. Quanto a Cliff, é irrelevante que suas intenções sejam boas. (...) Na vida real, almejar o bem não significa absolutamente nada, apenas o sucesso significa alguma coisa. Pessoas cometem crimes e se safam. Não são punidas. Pessoas boas ficam cegas."¹⁵



Os conflitos familiares são a trama central de Match Point, outro filme de Woody Allen e que também faz alusão a obra de Dostoiévski, Crime e Castigo

Qualquer tentativa de leitura "otimista" de *Crimes e pecados* será, portanto, espúria, forçada e, sobretudo, desnecessária. Ao contrário do que pensam Sander Lee e alguns outros críticos apreciadores da obra de Woody Allen, este não precisa ser "salvo". Há duas leituras possíveis, sendo uma "mais possível" do que a outra. Pode-se ver o filme como pessimista, ok, esta é uma leitura aceitável. Mas o que o filme é mesmo, é objetivo. Seco, frio, ético-descriptivo (em oposição a ético-normativo), portanto, nem pessimista nem otimista.

Para Sam Girgus¹⁶, Woody Allen teria privilegiado o judaísmo em *Crimes e pecados*, e considera que a metáfora da visão para a teoria moral foi usada e abusada, a despeito de se tratar de um bom filme. Discordo duplamente. Não se trata de privilegiar o judaísmo, mas, sim, propor a fé religiosa (qualquer uma, acidentalmente o judaísmo) como contraponto possível a uma moral relativista. Ou, simplesmente, a Religião como uma peça a mais nesse tabuleiro ontológico (ou ético-descriptivo). E também não considero que a visão

tenha sido abusada como metáfora.

Mas Girgus aponta para algo interessante: Cliff não é o santo que provavelmente quis pintar (ou talvez Woody não tenha querido mesmo pintá-lo como santo completo), já que suas escolhas erradas e a autopiedade não são propriamente louváveis. Também Lester não é um completo idiota ou total canalha. Concordo duplamente, embora Girgus não tenha desenvolvido bem esse raciocínio (não cita, por exemplo, a cena no restaurante, em que Lester sabe declamar de cor o poema de Emily Dickinson, que Cliff citara)

Luiz Felipe Pondé, em sua análise da Filosofia da Religião presente na obra de Dostoiévski, menciona de passagem *Crimes e pecados*, classificando-o como uma interessante adaptação "bastante livre" (de *Crime e castigo*), que inverte a história, sendo mais "terrível", mais pessimista¹⁷.

Embora seja, de fato, uma adaptação bastante livre do livro de Dostoiévski, como o classifica Pondé (eu iria além: é tão livre que não chega a ser uma adaptação, mas, sim, uma inspiração apenas), impressiona a constatação, na farta literatura crítica acerca do filme, de que poucos se deram o trabalho de traçar um paralelo entre *Crimes e pecados* e *Crime e castigo*.

1. LITCH, Mary M. Philosophy through film. Ethics (cap.5). Routledge: 2002, p.117-139.

2. FALZON, C. Philosophy goes to the movies. An introduction to philosophy. Routledge: 2002, p.81-114

3. ROCHE, M.W. Justice and the withdrawal of God in Woody Allen's Crimes and Misdemeanors. In: Silet, L.P. Charles (Ed). The Films of Woody Allen. Critical Essays. The Scarecrow Press, Inc. 2006: p.268-283.

4. É impressionante como escapou a todos os avaliadores críticos do filme o fato de essa frase ter sido dita, palavra por palavra, por Dostoiévski (no segundo volume da biografia de Dostoiévski, por Joseph Frank, editado no Brasil pela Edusp, 1999, p.227).

5. O universo é uma obsessão de Woody. Do universo que se expande e atrapalha o Alvy Singer criança a fazer sua tarefa em Annie Hall ao indiferente, do físico, em Setembro.

6. BAILEY, P.J. If You Want a Hollywood Ending. Crimes and Misdemeanors. In: The Reluctant Film Art of Woody Allen. The University Press of Kentucky. 2000: p. 131-143

7. Embora não seja essa a opinião dele próprio, que costuma citar A rosa púrpura do Cairo, Maridos e esposas e, mais recentemente, Matchpoint como seus prediletos.

8. LAWLER, J. Does morality have to be blind? A kantian analysis of Crimes and Misdemeanors. In: Conard, M.T. & Skoble, A.J. (Ed). Woody Allen and Philosophy. Open Court, 2004, p. 33-47.

9. PAPPAS, J.G. It's all darkness: Plato, the ring of Gyges, and Crimes and Misdemeanors. In: Conard, M.T. & Skoble, A.J. (Ed). Woody Allen and Philosophy, Open Court, 2004, p. 203-217.

10. HIRSCH, F. Love, Sex, Death and the Meaning of Life - The Films of Woody Allen. Da Capo Press, 2001: p.198. (Preferi não traduzir para dar a dimensão exata da estupidez da frase, sem intermediários).

11. Apud, p. 210 e 216.

12. Apud, p. 211.

13. LEE, S.H. If Necessary, I Will Choose God Over Truth! Crimes and Misdemeanors (1989). In: Eighteen Woody Allen Films Analysed. Anguish, God and Existentialism. McFarland & Company, Inc., Publishers. 2002: 139-163. Também aqui a menção à fala do personagem pai de Judah ("Eu sempre

escolherei Deus à verdade") não é de forma alguma relacionada à Dostoiévski (vide nota de rodapé 4 deste capítulo).

14. Apêndice, páginas 222-223 do mesmo livro (tradução minha).

15. BJÖRKAMAN, S. Woody Allen on Woody Allen. In *Conversations with Stig Bjorkman*. Grove Press, 1993: p.219-220.

16. GIRGUS, Sam B. The eyes of God. In: *The films of Woody Allen*. 2nd. Ed. Cambridge University Press, 2002: 129-147

17. PONDE, LF. Crítica e profecia. *A filosofia da religião em Dostoiévski*. Editora 34, 2003: p.44

Revista FILOSOFIA, julho de 2011.



Flávio Paranhos.
Médico (UFG) doutor
(UFMG) Research
Fellow (Harvard) em
Oftalmologia. Mestre
(UFG), Visiting Fellow
(Tufts) e doutorando
(UFSCar) em Filosofia.
Professor de Bioética
da Graduação em
Medicina e do
Mestrado em Ciências
Ambientais e da Saúde
da PUC-GO. Membro
do Comitê de Ética em
Pesquisa do HC-UFG.
Escreve a coluna de
Cinema nesta revista



Lucas Rocha